Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 108, nº 1-6, janeiro-junho/1990, pp. 31-45

O ULTIMATUM BRITÂNICO: CAUSAS IMEDIATAS E REACÇÃO INTERNA

J. CALVET DE MAGALHÃES
Embaixador

O ano de 1890 foi um ano trágico para Portugal. Além de outras desgraças, nesse ano o país esteve à beira da bancarrota financeira e, logo no seu inicio, o *ultimatum* britânico veio demonstrar a bancarrota da política externa portuguesa levada a cabo a partir do Congresso de Berlim.

A causa imediata e determinante do ultimatum foi a ocupação do Chire pela força expedicionária comandada pelo major Serpa Pinto. Mas este acontecimento constituiu apenas o epílogo de um longo processo de confrontação entre os governos português e britânico a partir de 1886, a respeito da ocupação das vastas regiões da Zambezia e da Niassalandia.

2. A eclosão da crise resultou da conjugação de vários factores de que destacarei quatro que considero os mais importantes:

1.º O primeiro factor a assinalar foi a profunda hostilidade de muitos políticos portugueses daquela época para com a Grã-Bretanha, manifestada sobretudo a partir do Congresso de Berlim. A longa história das relações entre Portugal e a Grã-Bretanha está cheia de episódios tristes em que o nosso aliado, abusando da sua força, não raras vezes nos fez passar por situações vexatórias. Toda a história do século XIX, em particular, está repleta de tais situações, que não irei relembrar, mas que justificam perfeitamente o ressentimento dos portugueses para com o seu velho aliado. Não me refiro a esse ressentimento mais ou menos generalizado, sempre fácil de trazer à tona quando uma crise particular nas relações luso-britânicas tinha lugar. Refiro-me, mais precisamente, à profunda animosidade contra a política britânica, manifestada por importantes figuras políticas, inspirando uma política de repúdio em verdadeiramente negociar com as autoridades britânicas e preconizando a ocupação pela força das zonas que historicamente reclamávamos como pertencendo ao nosso

domínio e, ainda, procurando obter outros apoios internacionais para contrapor à aliança britânica.

A não ratificação do tratado do Zaire pelo governo de Londres que levou à realização da Conferência de Berlim causou profunda decepção a muitos dirigentes portugueses, decepção que foi agravada pela falta de apoio da Grã-Bretanha a Portugal durante a Conferência. As personalidades ligadas à nossa representação na Conferência não escondiam a sua intensa hostilidade à Grã-Bretanha. Jaime Batalha Reis deixou-nos o testemunho dos ataques violentos à Grã-Bretanha feitos pelo Marquês de Penafiel, nosso ministro em Berlim que chefiou a delegação portuguesa na Conferência, numa entrevista com o ministro alemão Conde de Berchem, substituto de Bismarck, o qual não deixou de comentar: «É sem dúvida uma questão de temperamento, mas o marquês aqui, e depois o governo e a imprensa em Lisboa, tomam estes assuntos com um ar tão agressivo e exagerado que nós tememos sempre desanimar tais disposições». Segundo o próprio Batalha Reis, a atitude de Penafiel foi de «ferocidade quase guerreira» [1].

Mais significativa era a opinião de Barbosa de Bocage acerca do nosso velho aliado e sobre a forma de encarar as nossas disputas africanas. Escrevendo a Miguel de Antas, nosso ministro em Londres, em 4 de Janeiro de 1885, dizia: «Se a Inglaterra imagina que nos há-de subjugar sempre e oprimir e aviltar pelo temor de nos espoliar das nossas colónias, engana-se. O nosso império colonial é bastante vasto para que em último caso possamos ceder uma grande parte dele a quem tenha poder suficiente para nos garantir a posse do resto e a nossa autonomia. Em casos extremos não haveria aqui um voto discordante» [2]. Estas palavras bem claras ajudam a compreender melhor o sentido do ofício que Bocage, como ministro dos negócios estrangeiros, dirigiu em Maio de 1885, a Manuel Pinheiro Chagas, ministro da marinha e do ultramar, relançando o projecto de unir Angola e Moçambique e de que resultaram os acordos com a França e a Alemanha em 1886 e a elaboração do famoso «mapa cor-de-rosa».

Barros Gomes nas suas declarações públicas e oficiais não repudiava abertamente a aliança britânica. No seu célebre discurso no parlamento, de 24 de Junho de 1884, criticando o Tratado do Zaire, afirmava que o Governo se preocupava demasiadamente com a manutenção da aliança que dizia ser «aliás preciosa e historicamente fundamentada» [3]. Numa circular enviada às legações portuguesas, em 22 de Novembro de 1889, alude às graves dificuldades que Portugal encontrou com a Grã-Bretanha nos últimos quatro anos afirmando no entanto, que Portugal não queria deixar-se *esbulhar*, empregando uma linguagem reminiscente da usada por Barbosa de Bocage [4]. O maior amigo e confidente de Barros Gomes era Oliveira Martins, por quem nutria uma profunda admiração, e este considerava a

[1] J. de Almada, *A Aliança Inglesa*, vol. III, ps.
[2] Luís Teixeira de Sampaio, *Estudos Históricos*, p. 309.
[3] J. de Almada, *Ob. Cit.*, III, p. 399.
[4] *Negócios Externos*, ... 1890, *África Oriental e Central*, p. 92.

Henrique de Barros Gomes, nacionalista católico que dirigiu a política externa portuguesa de 20 de fevereiro de 1886 a 14 de janeiro de 1890

aliança britânica como um fardo de que nos devíamos descartar. Era ideia dominante nos homens da geração de Barros Gomes, Barbosa du Bocage e Oliveira Martins, de que devíamos procurar outros pontos de apoio externo para resistirmos à excessiva, e por vezes insuportável, influência britânica.

2.º Esta atitude leva-nos a examinar o segundo factor determinante da crise. Segundo a opinião de Teixeira Sampayo, um dos melhores conhecedores das relações luso-britânicas, «ter um ponto de apoio para resistir à Inglaterra foi a base da política que conduziu ao ultimato. Dela ficou a responsabilidade a Barros Gomes que a pôs em prática. Tinham-na, porém, na mente muitos outros homens políticos portugueses» [5].

Neste aspecto Barros Gomes não foi apenas o executor de uma política. Foi igualmente o seu inspirador no que se refere à alternativa alemã. No seu já referido discurso de Junho de 1884 não só preconizou que fizéssemos intervir a Alemanha na definição das fronteiras africanas em disputa com a Grã-Bretanha, como afirmou que a Alemanha era «a primeira potência militar do Mundo» e que Bismarck ocupava um lugar privilegiado no xadrez da política europeia e mundial.

A cedência britânica em não ratificar o Tratado do Zaire por pressões francesa e alemã e o papel apagado da delegação britânica na Conferência de Berlim, levou muitos políticos portugueses a concluir que o apogeu do poderio britânico tinha passado e que outras forças mundiais haviam surgido que limitavam a capacidade de iniciativa britânica. Barros Gomes partilhava certamente desta convicção. Estabelecendo nós íntimas relações com a poderosa Alemanha esse facto, só por si, seria um factor de dissuação para levar a Grã-Bretanha a não se opor pela força aos nossos planos em África e que, por conseguinte, deveríamos proceder com energia à ocupação das regiões africanas que por direito histórico nos pertenciam.

3.º Isto leva-nos a referir o terceiro factor determinante da eclosão da crise que foi o envio de expedições para as regiões da África central onde a soberania portuguesa não era reconhecida pela Grã-Bretanha. As expedições enviadas a partir de 1877, por iniciativa de Andrade Corvo e sugestão da Sociedade de Geografia, foram verdadeiras expedições científicas e de reconhecimento de territórios historicamente ligados a Portugal, nos quais a soberania portuguesa não era ainda contestada, mas que, por falta de directivas políticas não redundaram em ocupação efectiva de quaisquer territórios. As expedições enviadas a África a partir de 1888, já depois da Grã-Bretanha ter protestado formalmente contra o projecto do «mapa cor-de-rosa» e contestar a soberania portuguesa no país dos Matalebes e Machonas, incluindo a região do lago Niassa, possuíam outro carácter, destinando-se, na verdade, a uma ocupação efectiva, embora tivessem sido sempre declaradas como expedições científicas. No que se refere à expedição de Serpa Pinto, em particular, esse carácter foi-lhe sempre reiteradamente atribuído por Barros Gomes em todas as conversas e correspondência que teve com as autoridades britânicas.

---

[5] L. Teixeira de Sampaio, *Ob. Cit*, ps. 309-10.

E nem se pode sequer dizer que nesta matéria Barros Gomes tivesse sido enganado pelas autoridades ultramarinas, pois escrevendo a Batalha Reis, em 14 de Setembro de 1888, dizia, referindo-se a matérias sobre as quais devia manter a máxima reserva: «Também deve ser assunto desta a informação que eu agora lhe dou e o meu amigo me pediu acerca de duas expedições que estão a caminho neste momento, uma para o Alto Zambeze, outra para o Niassa, para aí implantarem a nossa bandeira e segurarem o nosso domínio. É mesmo esta última que nos permitiria, sendo bem sucedida, oferecer pronto socorro aos ingleses com uma força considerável de indígenas, uma porção de soldados e com peças necessárias. Mas sobre tudo isto convém guardar absoluto segredo. Digo-lhe a si para lhe inspirar confiança e porque me parece depreender das suas cartas que receia que o Governo adormecesse, nunca fez mais» [6].

Como é sabido um dos motivos da irritação britânica acerca das nossas expedições «científicas» em África era o secretismo com que elas eram organizadas. Secretismo, aliás, totalmente frustrado pelas fugas de informação constantes de que Batalha Reis se queixava, pois tendo sido enviado secretamente a Berlim, ao chegar à capital germânica o ministro marquês de Penafiel mostrou-lhe um exemplar do jornal *O Tempo* e outro das *Novidades* nos quais a sua missão era anunciada. Por isso ele escrevia a Barros Gomes, em 9 de Junho de 1889: «...Estou certo de que tudo se sabe do que projectamos nas chancelarias estrangeiras... Alguém avisou evidentemente o Governo Inglês e devem ter idiotamente posto o mesmo Governo de sobreaviso da famosa carta de prego do que Serpa Pinto vai fazer» [7].

Pela correspondência oficial britânica sabemos hoje que a legação britânica tinha ao seu serviço um informador no Ministério da Marinha e Ultramar, que o ministro britânico considerava ser pessoa que trabalhava junto do próprio ministro Barros Gomes [8].

O estudo que Serpa Pinto foi encarregado de fazer de uma linha férrea ligando Quelimane a Tete pelo Chire, destinava-se a favorecer a exploração das minas de carvão de Manica em que estava interessada a Companhia de Moçambique cuja concessão fora dada a Paiva de Andrade. Segundo o informador da legação britânica, o ministro da marinha e ultramar Frederico Ressano Garcia recebera gratuitamente um lote de acções da Companhia e a expedição de Serpa Pinto destinava-se mais a proteger importantes interesses privados do que a defender interesses de Moçambique ou do país. As informações de um informador a soldo do estrangeiro têm que ser tomadas com reserva. Mas os complexos e em parte inconfessáveis interesses materiais envolvidos nas nossas questões africanas são aspectos que a historiografia portuguesa ainda não explorou devidamente.

---

[6] J. de Almada, *Ob. Cit*, III, p. 413.

[7] *Idem*, p. 417.

[8] S. Axelson, *Portugal and the Scramble for África*, Witsvatersrand University Press, Johannesburg, 1967, ps 132, 189, 225, 227, 237, 246, 252.

4.º Finalmente, aos factores de ordem política juntavam-se ainda certos interesses religiosos em jogo no Niassa que desempenharam um papel importante na eclosão da crise. Quer as missões da Igreja da Escócia em Blantyre, quer as missões da Igreja Fiare de Levingstonia, causaram problemas de vária ordem às autoridades portugesas de Moçambique. As missões não se dedicavam exclusivamente à obra de evangelização exercendo actividades industriais. Por vezes sofriam ataques dos árabes empenhados no tráfico de escravos. As autoridades portuguesas eram frequentemente solicitadas a conceder isenções de direitos para os produtos importados e a autorizar a passagem de armas para a sua defesa. As demoras das autoridades portuguesas em satisfazer estes pedidos e a recusa de autorizar a passagem de armamento pesado, criaram não poucos atritos entre as missões e as autoridades moçambicanas. Esses atritos tornaram-se mais sérios com o exercício de jurisdição civil das missões nos territórios que Portugal considerava pertencer à sua esfera de influência. Todas as tentativas de exercício da soberania portuguesa na região do Niassa encontraram sempre a oposição declarada das missões escocesas que na Grã-Bretanha exerciam uma considerável acção de propaganda anti-portuguesa, influenciando a opinião pública, o Parlamento e o próprio governo britânico.

No intuito de contrabalançar a excessiva influência das missões protestantes no Niassa, Barros Gomes procurou estimular a instalação de missões católicas na região, fazendo um acordo secreto com cardeal belga Davigerie, fundador na Argélia da Société de Notre Dame d'Afrique e enérgico opositor do tráfico de escravos, para instalar uma missão no sudeste do Niassa. Os preparativos para essa instalação estavam ultimados quando a crise do Chire eclodiu.

3. Recordados estes factores importantes que estão na origem da crise, passemos agora à análise da forma como Barros Gomes conduziu a política externa portuguesa em relação aos problemas africanos e nomeadamente, em relação à Grã-Bretanha.

A acção de Barros Gomes tem sido objecto dos mais diversos comentários, uns favoráveis, outros contrários, em grande parte influenciados por considerações de ordem partidária e circunstancial, simpatia pessoal, sentimentos patrióticos ou anti-britânicos, conceitos ideológicos, etc., etc. A análise que me proponho fazer é a de um historiador com alguma experiência de negociações internacionais, totalmente desprovido de quaisquer preconceitos ideológicos ou nacionalistas, e sem entrar na questão de saber quem tinha razão, à luz da história e do direito, na disputa que opunha os dois governos: o de Lisboa e o de Londres.

É sabido que após a celebração dos acordos com a França e a Alemanha de 1886, que trouxeram à baila o «mapa cor-de-rosa», o governo britânico, em Julho de 1887, protestou junto do governo português contra a definição de uma vasta área de influência portuguesa na África Central, afirmando que nela não existia qualquer sinal de jurisdição portuguesa e sustentando que em certas partes dessa área existiam estabelecimentos britânicos em relação aos quais o governo britânico tinha um excepcional interesse,

argumentando ainda que todos os signatários do Acto Final da Conferência de Berlim admitiam agora que qualquer pretensão de soberania em África só poderia ser sustentada com base na ocupação efectiva.

Barros Gomes, que desde Fevereiro de 1886, ocupava a pasta dos negócios estrangeiros, respondeu ao protesto britânico em 19 de Agosto de 1887, contestando a interpretação britânica sobre o princípio da ocupação efectiva e oferecendo negociações com o governo de Londres para definir as respectivas áreas de influência na África, à semelhança do que fora feito com a França e a Alemanha.

Em Maio de 1888 uma declaração do governo britânico na Câmara dos Comuns reiterava a posição já por este assumida, contestando quaisquer direitos de Portugal na África Central onde não existisse uma ocupação efectiva portuguesa. Pouco antes, em 30 de Abril de 1888, Barros Gomes informava o nosso ministro em Berlim, de que as tentativas coloniais alemãs em África eram sistematicamente contrariadas pela Grã-Bretanha e que para a Alemanha seria de capital importância que se constituísse uma zona central pertencente a uma terceira potência que lhe fosse favorável e essa potência era Portugal [9]. Logo em Junho seguinte, pouco depois da declaração do governo britânico na Câmara dos Comuns, partiram para a Zambezia as expedições de António Maria Cardoso, Augusto Cardoso, Paiva de Andrade e Vitor Cordon, com o propósito de, através de acordos com os chefes indígenas, justificar a ocupação portugesa nas regiões sobre as quais as autoridades britânicas reclamavam ter direitos ou contestavam o domínio português. Pouco depois, em Setembro, Barros Gomes sugere ao encarregado de negócios britânico George Bonham que o governo alemão fosse convidado a participar na definição das esferas de influência de Portugal e Grã-Bretanha [10]. Por essa altura Barros Gomes enviara Batalha Reis em missão secreta, à Alemanha para obter o apoio dos alemães à causa portuguesa. Logo que em Londres se soube da missão de Batalha Reis, o embaixador britânico em Berlim pediu explicações ao governo alemão, em 23 de Dezembro de 1888, dizendo que as relações com Portugal eram tensas visto que uma forte expedição tinha sido secretamente enviada para o lago Niassa, onde a Grã-Bretanha tinha direitos, não sendo possível abandonar os missionários que aí se encontravam à autoridade portuguesa e acrescentando: «Lord Salisbury diz ainda que se Portugal interferir com a região do lago Niassa seremos forçados a apoderar-mo-nos de alguma possessão portuguesa na Índia ou na costa do Atlântico como uma garantia material» [11]. O governo alemão desmentiu que existissem quaisquer negociações com Portugal tendo havido apenas um contacto português em Setembro. Tendo-se certificado da não existência de qualquer apoio germânico à causa portuguesa Salisbury prosseguiu na defesa da posição britânica junto do nosso ministro em Londres Miguel de Antas. Sem que Barros Gomes se tivesse apercebido, a sua «cartada» germânica havia falhado logo de início.

---

[9] *Idem*, p. 191.
[10] *Idem, id.*
[11] *Idem*, p. 194

No final de Outubro de 1888 o ministro britânico em Lisboa Georges Petre, conferenciando com Barros Gomes, já lhe havia admitido claramente a sua impressão de que a continuação do estado de coisas poderia conduzir a uma séria ruptura nas relações de amizade entre os dois países [12]. Nessa conversa Barros Gomes, num momento de descuidada candura, disse ao ministro britânico «que fora ultimamente aconselhado por experimentadas e enérgicas autoridades coloniais a não se emaranhar em negociações diplomáticas, mas a conservar-se quieto, porque eles empreenderiam em breve tempo a assegurar a Portugal tudo e mais do que ele podia obter em negociações» [13]. Em nova conferência de Petre com Barros Gomes, em 21 de Dezembro, não tendo o ministro britânico obtido uma resposta clara sobre os objectivos da expedição de António Maria Cardoso que se dirigia para o Niassa declarou para Londres que a falta de franqueza de Barros Gomes tornava qualquer negociação uma comédia [14].

Em 5 de Janeiro de 1889 o marquês de Salisbury declarou a Miguel de Antas que as boas relações entre os dois países não poderiam resistir por muito mais tempo à tensão a que estavam submetidas. No entanto, pouco depois, Salisbury toma a decisão inesperada de enviar a Lisboa Harry Johnston, nomeado recentemente cônsul em Moçambique, para tentar negociar um acordo com Barros Gomes. Johnston, um homem com excepcionais qualidades de persuasão, conseguiu, com efeito chegar à conclusão de um projecto de acordo com o ministro português no qual o governo português abandonava a ideia de uma faixa continua de território sob soberania portuguesa unindo Angola e Moçambique, aceitando a ideia de possessões e protectorados britânicos numa vasta zona ao norte do Zambeze como zona exclusiva de influência britânica, recebendo em contrapartida, o reconhecimento britânico da posse portuguesa de partes da região do Niassa, com a garantia portuguesa da livre navegação do Zambeze, do livre trânsito de armas com condições razoáveis, e o trânsito de mercadorias com um direito que não excedesse 3%.

Ao serem conhecidos os termos deste projecto de acordo desencadeou-se na Escócia uma verdadeira tempestade. Cerca de 11 000 sacerdotes das três confissões presbiterianas assinaram uma petição contra Portugal e um vasto movimento contra o projecto Johnston se formou, traduzindo-se em reuniões públicas, campanhas de imprensa e intervenções na Câmara dos Comuns. Para agravar a situação, quando o bispo escocês Smythies, em Maio de 1889, quis viajar por terra de Tungue para o Niassa, e as autoridades portuguesas lhe recusaram autorização para levar armas para sua defesa, Lord Salisbury declarou que estava disposto a enviar um barco de guerra para permitir o fornecimento de armas ao bispo. Miguel de Antas considerou que este facto serviu de pretexto para o ministro britânico deixar cair o projecto de acordo [15]. Efectivamente Salisbury, respondendo às diligências dos missionários escoceses, declarou que o governo britânico considerou as

[12] J. de Almada, *O Tratado de 1891*, p. 273.
[13] *Idem*, M. Pinheiro Chagas, *As negociações com a Inglaterra*, Lisboa, 1890, p. 29.
[14] J. de Almada, *ob. cit.*, p. 277, s. Axelson, *ob. cit.*, p. 194.
[15] E. Axelson, *Ob. Cit.*, p. 200.

Alexandre de Serpa Pinto, filho do miguelista José da Rocha e Miranda de Figueiredo

missões do Niassa como «território britânico» e em Junho um porta-voz do governo declarou nos Comuns que não existiam na altura quaisquer negociações com Portugal [16].

Na própria primavera de 1889 já se preparava em Lisboa uma nova expedição com destino ao Niassa chefiada pelo major Serpa Pinto. A simples menção do nome de Serpa Pinto causava na Grã-Bretanha as maiores desconfianças pois ele nunca escondera a sua hostilidade para com o nosso velho aliado e era conhecido pela sua intrepidez e propensão para actos de força, como acontecera na questão de Tungue, quando desempenhava as funções de cônsul em Zanzibar e preparara um ultimato contra o sultão e ocupação de Tungue pela força. As suas proezas em expedições anteriores, as suas intervenções como deputado nas Cortes atacando a Inglaterra e advogando a ocupação de territórios africanos pela força, haviam feito dele um herói popular. Quando o ministro britânico em Lisboa soube da preparação desta expedição disse a Barros Gomes que esperava que o governo português não desse carta branca a Serpa Pinto, pois se o fizesse, ele infalivelmente, provocaria um grave incidente entre ambos os países. Barros Gomes assegurou ao representante britânico que tinham sido tomadas medidas rigorosas para evitar que isso acontecesse.

Serpa Pinto chegou ao Zambeze, dirigindo-se para o Niassa, chegando a Massange no princípio de Agosto, onde teve conhecimento de que os macololos atacavam a povoação de Mupassa. Johnston, o cônsul britânico em Moçambique, avistou-se com Serpa Pinto, em 15 de Agosto, que lhe reafirmou o carácter científico de sua expedição tendo-lhe o britânico assegurado que os chefes macololos o não deixariam passar. A 19 de Agosto, o cônsul interino Buchanan, por ordem de Johnston, notificou Serpa Pinto de que o país dos macololos e as terras altas do Chire, ao norte do rio Ruo, estavam sob o protectorado da Grã-Bretanha. Serpa Pinto respondeu-lhe reafirmando o carácter científico e pacífico da sua expedição, que não era sua intenção atacar os macololos, a não ser em legitima defesa, e que não poderia reconhecer o anunciado protectorado por quem não tinha autoridade para o fazer [17].

Serpa Pinto fez seguir a expedição para Mupassa, junto ao rio Chire, onde ficou instalado. A 21 de Setembro Buchanan rejeita o protesto de Serpa Pinto e fez uma declaração pública acerca do protectorado britânico sobre o país dos macololos [18].

A 8 de Novembro, pelas quatro horas da madrugada, os macololos atacaram Mupassa, arvorando bandeiras britânicas e usando armas que depois se verificou terem sido fornecidas pela Companhia do Lago, como era conhecida entre os portugueses a Livingstonia Central African Company que se ocupava das operações comerciais das missões britânicas. O ataque foi repelido tendo os macololos perdido 72 homens e não havendo baixas do lado português. Nessa tarde o resto da expedição chegou a Mupassa e, a 12 de Novembro, as duas lanchas armadas *Cherim* e *Maravi*, sob o comando do jovem João de Azevedo Coutinho, chegaram também. Com uma tal concentração de forças,

16 *Idem, id.*
17 *Idem*, ps. 207-10.
18 *Idem*, p. 211.

Serpa Pinto, a 15 de Novembro, ordenou a marcha da expedição para o norte em direcção ao Ruo onde chegou dois dias depois. Azevedo Coutinho foi enviado para fazer um reconhecimento na povoação fortificada de Chilomo, no coração do país dos macololos. Na manhã seguinte, quando Serpa Pinto aí chegou, a bandeira portuguesa flutuava em Chilomo que Azevedo Coutinho havia tomado. A vila foi fortificada e Azevedo Coutinho recebeu ordens para prosseguir na marcha para o norte, na direcção do lago Niassa, tendo ocupado várias povoações importantes e finalmente Catunga, o porto de Blantyre. Todos estes locais foram devidamente fortificados e guarnecidos. Azevedo Coutinho foi nomeado governador militar do Chire pelo governador de Quelimane.

Serpa Pinto, entretanto, adoecera gravemente tendo-se retirado para a ilha de Moçambique, de onde telegrafou, a 26 de Dezembro, anunciando que o Chire tinha sido ocupado.

4. Notícias sobre os acontecimentos do Chire começaram a chegar a Londres em meados de Dezembro, de forma ainda mais imprecisa, mas indicando que forças portuguesas haviam atacado os macololos. A 19 de Dezembro o ministro Petre visitou Barros Gomes protestando contra o ataque aos macololos e exigindo uma declaração do governo português de que as forças portuguesas não atacariam os estabelecimentos britânicos no Chire e no Niassa ou o país dos macololos ou territórios sob o governo de Lobengula, chefe dos Matabeles, ou ainda qualquer outra região que fora declarada sob a protecção britânica, devendo uma resposta ser dada até ao dia 21 de Dezembro [19]. O ministro britânico significou a Barros Gomes que uma recusa portuguesa em satisfazer as pretensões britânicas poderia levar a uma ruptura com a Grã-Bretanha. Barros Gomes continuou a insistir no carácter pacífico e científico da expedição de Serpa Pinto, não acreditando nos relatos sobre os combates com os macololos e, no dia 20, envia uma resposta por escrito ao ministro britânico revelando desconhecer as operações de ocupação do Chire levadas a cabo pelas forças de Serpa Pinto após o ataque de 8 de Novembro [20].

Salisbury, suspeitando que a resposta portuguesa não seria satisfatória, começou logo em 14 de Dezembro, a preparar a possível retirada da missão diplomática em Lisboa, solicitando ao Almirantado para preparar ordens operacionais para que os navios da esquadra de Zanzibar, pudessem ocupar a ilha de Moçambique. A 23 de Dezembro, no dia em que foi recebida a resposta de Barros Gomes no Foreign Office, Salisbury notificou a Rainha das intenções do governo de ocupar a ilha de Moçambique [21].

A 30 de Dezembro Barros Gomes enviou uma circular a todas as legações de Portugal pela qual se verifica que já estava informado da extensão dos acontecimentos do Chire e da sua ocupação pelas forças de Serpa Pinto, operações que ele inteiramente

---

19 *Negócios Externos* ... 1890, *Correspondência com a Inglaterra...* , ps. 133-4.
20 *Idem*, ps. 136-9.
21 E. Axelson, *O. Cit.*, p. 223.

aprova dizendo: «A perfeita legitimidade do procedimento do major Serpa Pinto não carece de demonstração» [22]

No dia 5 de Janeiro de 1890 o ministro Petre dirigiu uma nota a Barros Gomes na qual declara que o seu governo não encontrara na nota do ministro português de 20 de Dezembro as garantias precisas e explicitas que tinham sido solicitadas, fazendo o pedido categórico para que o governo português declare que não será permitida a intervenção das forças portuguesas nas colónias britânicas no Chire e no Niassa, no país dos macololos ou nos territórios sob o governo de Lobengula, ou um qualquer outro território onde tenha sido declarado o protectorado britânico e, ainda, que nenhuma tentativa seja feita para estabelecer ou exercer a jurisdição portuguesa em qualquer desses territórios sem prévio acordo entre os dois governos. A nota terminava pedindo uma resposta até antes da tarde do dia 8 [23].

Em circular telegráfica para as principais legações portuguesas, Barros Gomes dá conta do teor desta nota britânica dizendo que tencionava responder que o governo português não duvidava «expedir ordens às suas autoridades para limitarem a sua acção e manter e defender (o) *statu quo* (sic) sem tentarem alargar por qualquer forma, ou exercer juridição» [24]. e a 8 de Janeiro envia, com efeito, ao ministro britânico uma nota comunicando que o governo português estava disposto a expedir instruções às autoridades moçambicanas no sentido solicitado pelo governo britânico, acrescentando: «Parece assim a este governo ter satisfeito ao que dele deseja Sua Majestade Britânica. Com efeito não só não diligenciará resolver pela força quaisquer questões territoriais, mas aguardará, fiado no seu direito e presuposta sempre uma justa reciprocidade, o acordo desejado entre os dois governos, para estabelecer e exercer definitivamente a sua jurisdição em quaquer porção dos territórios contestados, tornando assim dependente do resultado da discussão, e entrando, portanto, nos termos do acordo a celebrar a resolução ainda mesmo das questões territoriais que possam ter tido começo ou complemento de solução por efeito dos acontecimentos recentemente ocorridos no Chire.» Barros Gomes conclui dizendo que, se a resposta do governo português não fosse considerada suficiente, propunha a realização de uma conferência das potencias signatárias do acto Geral de Berlim para examinar os litigios pendentes com e Grã-Bretanha e se isso não aprouvesse ao governo britânico, o governo português colocar-se-ia ao abrigo do artigo 12º do Acto Geral (que impunha a mediação e no caso desta não resultar a arbitragem), terminando com a afirmação de que «é inegável o direito que assiste a Portugal de pedir a aplicação do artigo 12º do Acto Geral, na hipótese, que aliás não espera e não deseja, da impossibilidade de se estabeler o acordo directo» [25].

A nota de Barros Gomes está habilmente redigida no sentido de levar o governo britânico a aceitar o *status quo* criado por Serpa Pinto no Chire, oferecendo negociações nessa base. No dia imediato, Barros Gomes dirigiu uma curta comunicação ao ministro

[22] *Negócios Externos* ... 1890, *Correspondência com a Inglaterra*, ps. 165-7.
[23] *Idem*, ps. 173-4.
[24] *Idem*, ps. 191-2.
[25] *Idem*, ps. 193-4.

britânico informando-o de que as instruções solicitadas tinham sido enviadas para Moçambique e que Serpa Pinto tinha regressado, havia muito tempo, à ilha de Moçambique e que as forças por ele organizadas tinham também, havia muito tempo, regressado a Inhambane. Esta comunicação, que inflamou o rastilho da bomba que estava sendo preparada em Londres, não vem incluida no Livro Branco português, mas acha-se registada nos arquivos britânicos e foi publicada por Pinheiro Chagas [26].

No dia 10 o ministro britânico avistou-se novamente com Barros Gomes, a quem entregou um memorando na qual se dizia que o governo britânico tinha tomado conhecimento com prazer da resposta do governo português mas antes de a aceitar como satisfatória pretendia saber de antemão «quais as instruções precisas que haviam sido enviadas às autoridades portuguesas em Moçambique relativas aos actos de força e ao exercicio de jurisdição que se praticam ali actualmente». Essas instruções deveriam compreender a retirada para o sul do Ruo das forças portuguesas que se encontravam no território dos macololos e a supressão da autoridade aí exercida, devendo também ser retiradas as guarnições militares nos territórios de Matebele e Machona [27].

Quando a comunicação de Barros Gomes sobre a retirada das forças de Serpa Pinto para Inhambane foi recebida em Londres, Salisbury havia já recebido, igualmente, uma comunicação do consul interino Churchill dizendo que o próprio Serpa Pinto lhe declarara que a sua expedição continuava a ocupar o Chire e que Catunga e outros pontos seriam fortificados e guarnecidos militarmente, tendo sido nomeado um governador militar para o distrito do Chire. Salisbury concluiu que Barros Gomes precedera de má fé e expediu ordens ao ministro Petre para intimar o governo português a enviar ao governador geral de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas que se encontravam no Chire e nos países dos macololos se retirassem e no caso de não ser dada uma resposta satisfatória a esta intimação até aquela tarde (11 de Janeiro), ele, Petre, deveria retirar-se, com todos os membros da legação, e para o efeito um navio de guerra britânico aguardava as suas ordens em Vigo.

Esta intimação foi feita oralmente, em 11 de Janeiro de 1890, pelo ministro Petre a Barros Gomes, ministro dos negócios estrangeiros, e a Frederico Ressano Garcia, ministro da Marinha e Ultramar. No seu relato para Londres diz o ministro britânico: «Era evidente que esta participação lhes produziu uma impressão profunda e penosa e afigurou-se-me que até então o governo não se tinha capacitado a sério de que estava perante uma ruptura com a Grã-Bretanha» [28]. A pedido de Barros Gomes, Petre entregou um memorando contendo o ultimato para poder ser por ele exibido aos seus colegas de governo, o que explica que este histórico documento é descrito no *Livro-Branco* português como «ultimato entregue pelo Sr. George Petre ao Sr. Henrique de Barros

---

[26] E. Axelson, *Ob. Cit.*, p. 227; M. Pinheiro Chagas, *As negociações com a Inglatarra*, (1187-1890), Lisboa, 1890, p. 74

[27] *Negócios Externos* ... 1890, *Correspondência com a Inglaterra*, p. 196.

[28] J. de Almada, *Ob. Cit*, p. 309.

Gomes», e no *Blue Book* britânico como «memorandum dado ao Sr. Barros Gomes a pedido deste» [29].

O Conselho de Estado reunido nessa noite, sob a presidência do rei, decidiu aceitar o ultimato, o que foi comunicado ao ministro britânico por nota datada de 11 de Janeiro. Nessa nota Barros Gomes insiste em afirmar que a expedição de Serpa Pinto se havia, de há muito, retirado para Inhambane e no telegrama-circular que enviou às legações portuguesas, no dia imediato afirma ainda: «A Inglaterra tinha desde muito conhecimento da correspondência trocada entre Serpa Pinto e Buchanan. Nunca reclamou aqui. Serpa Pinto acha-se há semanas em Moçambique toda a expedição de reforço por ele organizada retirou há muito para Inhambane. As declarações atribuídas a Serpa Pinto no *memorandum* de 11 referiam-se em grande parte a factos futuros, que não poderiam já realizar-se em vista das instruções terminantes expedidas no dia 9 pelo governo de Moçambique» [30].

Quem ler o relatório emviado por Serpa Pinto fica supreendido com a discrepância entre as afirmações do ministro e a realidade descrita candidamente pelo explorador, tendo em conta o facto, assinalado por Pinheiro Chagas, na sua célebre diatribe contra Barros Gomes, do governo em Lisboa estar ligado pelo telégrafo com o governo de Moçambique. Serpa Pinto diz, com efeito, ter entrado em Chilomo que imediatamente fortificou; que Azevedo Coutinho «tomou M'Beze, Maceira e Catunga, guarnecendo e fortificando aqueles pontos e ficando assim nós absolutamente senhores de todo o país dos macololos» [31]. O governador-geral Neves Ferreira, no seu relatório datado de 14 de Janeiro, dizia também: «...ocupámos definitivamente o Chire, passando a estar toda aquela região sob a nossa administração directa ficando os indigenas sujeitos e quietos» [32]. Em 11 de Janeiro, no próprio dia do ultimato, o *Boletim Oficial* de Moçambique incorparava o Chire na provincia de Moçambique.

5. Como julgar o procedimento de Barros Gomes?

A um negociador internacional é impossível aprovar a conduta de um politico que, ao mesmo tempo que indicava a sua disponibilidade para negociar, aprova o envio secreto de expedições com o objectivo de, por actos de força, fazer a ocupação de territórios que, bem ou mal, a Grã-Bretanha claramente não reconhecia como sendo do dominio português.

A primeira interrogação que nos assalta é a de saber se as repetidas afirmações de Barros Gomes em favor de negociações com a Grã-Bretanha eram de facto genuínas ou se se tratava apenas de manobras dilatórias. Os defensores de Barros Gomes, entre os quais se contam alguns autores britânicos, referem o projecto de acordo ajustado por Johnston com Barros Gomes para demonstrar a sua sincera vontade de negociar. É-nos dificil

---

29 *Negócios Externos* ... 1890, *Correspondência com a Inglaterra*, p. 198; *Blue Book*, África, 1891, n.º 283, p. 214.

30 *Negócios Externos* ... 1890, Correspondência com a Inglaterra, p. 201.

31 *Idem, Relatório de Serpa Pinto*, p. 216 .

32 *Idem, Relatório de Neves Ferreira*, p. 219.

aceitar tal argumento perante o testemuho de Batalha Reis que, em Junho de 1889, disse a Miguel de Autas, que Barros Gomes se tinha enchido de alegria ao saber que o projecto Johuston fôra abandonado pelo governo britânico [33]. E a 9 de Junho, escrevendo a Barros Gomes, Batalha Reis observava: «Bom era que a Inglaterra voltasse a negociar, para ganharmos tempo» [34].

Sobre o verdadeiro caracter das expedições enviadas para África a partir de 1888 não oferece dúvida de que Barros Gomes conhecia o seu objectivo oculto que era o de implantar a bandeira poruguesa , na sua própria expressão «segurarem o nosso dominio» nas regiões onde os britânicos o contestavam, como comunicara secretamente a Batalha Reis em Setembro de 1888. A discrepância manifesta da sua insistência de que a expedição de Serpa Pinto se havia retirado, de há muito, para Inhambane e a realidade dos factos da nossa ocupação militar do Chire, poder-se-ia explicar por deficiente informações de Barros Gomes, a quem não teriam sedo transmitidas a tempo ou correctamente as necessárias informações. Mas fica po explicar o facto dele procurar defender o *status quo* no Chire, o que implicava a existênica de uma ocupação portuguesa. Se pensava que essa ocupação não era feita pelas forças comandadas por Serpa Pinto, que outras forças eram essas? Para o governo britânico o que importava era que as forças ocupantes fossem portuguesas e Barros Gomes não podia esquivar-se sobre isso. Para quê pois dar respostas confusas e equivocas que só poderiam criar a irritação do governo britânico?

Outra interrogação importante que nos surge é como se explica a indiferença de Barros Gomes às repetidas advertências britânicas de que qualquer tentativa portuguesa de invadir o país dos macololos poderia criar uma situação de ruptura com a Grã-Bretanha. Não creio que Barros Gomes contasse com a intervenção efectiva da Alemanha para impedir uma acção violenta da Grã-Bretanha contra nós. Mas é quase certo que estava convicto de que o poderio da Alemanha — a maior potência militar do mundo, como ilusoriamente afirmava — e o desejo da Grã-Bretanha de a não hostilizar, em virtude da considerável influência germânica nas repúblicas boers, impediria o governo britânico de recorrer à força contra nós. É ainda Batalha Reis, o enviado secreto de Barros Gomes a Berlim, que a 22 de Junho de 1889 lhe diz que a sua missão fora «uma vitória diplomática de primeira ordem» [35]. E para se ver como eram grandes as ilusões dos dois amigos acerca do papel da Alemanha nas nossas querelas com a Grã-Bretanha, basta referir, por último, a carta que Batalha Reis escreveu ao seu amigo no dia 12 de Janeiro, no dia seguinte ao ultimato, protestando contra a espoliação feita pelos britânicos, a quem chama ladrões; aludindo a «promessa feita pelo ministro alemão Conde de Berchem, que não fora transmitida em Lisboa pelo representante alemão; e declarando a atitude alemã inexplicável e terminando por desabafar com estas palavras: «Quem podia supor que essa Alemanha é tão fraca!». E admira-se também de passividade da França [36]. A esta surpresa

[33] J. de Almada, *A Aliança Inglesa*, vol. III, p. 410 .
[34] *Idem*, p. 417 .
[35] *Idem*, p. 433.
[36] *Idem*, p. 409.

da indiferença alemã manifestada por Batalha Reis se deve juntar a surpresa de Barros Gomes e de Ressano Garcia ao tomarem conhecimento de ultimato.

O que todos eles ignoravam era que, enquanto se contava em Lisboa com a poderosa influência alemã, as relações anglo-germanicas eram na altura as mais cordiais, estando em curso negociações para a troca de Zanzibar por Heligoland. No que se referia à Alemanha, Salisbury estava inteiramente tranquilo.

6. Quando no final de Dezembro de 1889 chegaram a Lisboa as primeiras notícias sobre a proeza de Serpa Pinto e os protestos violentos da imprensa britânica contra Portugal, tiveram lugar no país numerosas manifestações públicas do regozijo. A Sociedade de Geografia passou uma resolução unânime condenando os protestos britânicos e incitando o governo a manter-se firme na defesa da soberania portuguesa.

A 12 de Janeiro seguinte, quando os ecos da apoteose feita a Serpa Pinto ainda soavam, e se teve conhecimento do sultimato britânico e da sua aceitação pelo governo, uma violenta explosão de cólera popular teve lugar no país.

Embora os edifícios da representação britânica em Lisboa tivessem sido portegidos por um forte contingente da guarda municipal, todos os vidros do consulado britânico foram partidos pelos populares revoltados e o escudo britânico foi arrancado do edifício. A própria residência de Barros Gomes foi apedrejada. Uma tentativa de assalto ao consulado britânico no Porto foi repelida pela guarda. Nesta cidade surgiram vários cartazes incendiários. Um deles, bastante curioso, começava assim: «Dinamite e mais dinamite! Petróleo e mais petróleo!». E acrescentava: «Guerra de morte aos piratas britânicos. Eles tentam roubar-nos, esmagar-nos e aniquilar-nos... Mão baixa em todos os ingleses que se encontram em Portugal e fogo a todos os seus edifícios, estabelecimentos e armazéns - principiando pelos armazéns de Vila Nova de Gaia onde aqueles ladrões têm os seus depósitos de vinho» [37].

A estátua de Camões foi coberta de crepes e o publico foi convidado a boicotar todos os produtos ingleses.

No dia 13 Barros Gomes, na Câmara dos Pares, visto o Parlamento não estar ainda eleito, expôs o caso do governo que no final do dèbate anunciou a sua demissão, sendo chamado a formar governo Serpa Pimentel, chefe do partido regenerador. De Roma o nosso representante Carvalho Martins aconselhava o novo governo a fazer cessar as campanhas da imprensa e o boicote comercial pois a reacção inconsequente portuguesa estava caindo no ridículo.

Ao clamor geral anti-britânico associaram-se os intelectuais portugueses. Guerra Junqueiro publica o seu poema *Finis Patriae* onde proclama: «Ó cinica Inglaterra, ó bêbada impudente!» Oliveira Martins, o grande amigo e defensor de Barros Gomes, declara que a aliança luso-britânica terminara e propõe uma aliança com a Espanha; Fialho de Almeida vai mais longe e advoga a «convergência politica de Portugal para a nação irmã» através da «confederação ideal de toda a Ibéria».

---

[37] R. S. Hammonel, *Portugal and África, 1815 - 1910*, Stanford University Press, 1966, p. 113.

O partido republicano, que criara raizes dez anos atrás, por ocasião do debate sobre o Tratado de Lourenço Marques, aproveitou habilmente a grande crise nacional para atacar violentamente a monarquia. A partir do ultimato o partido republicano nunca mais cessou de aumentar a sua influência.

A Sociedade de Geografia participou activamente, como era natural, na repulsa do ultimato. Criada em 1875 para promover e auxiliar o estudo e progresso das ciências geográficas, a Sociedade de Geografia produziu importantes estudos sobre a presença e influencia em África, colaborando intimamente com o governo na defesa dos nossos direitos naquele continente. Muitas figuras politicas que exerceram papel de relevo na politica ultramarina portuguesa foram sócios fundadores ou pertenceram à direcção da Sociedade. Barbosa de Bocage foi vice-presidente na primeira direcção e depois presidente na segunda direcção. Barros Gomes contava-se entre os sócios fundadores, assim como Manuel Pinheiro Chagas.

Logo no dia 13 de Janeiro a Sociedade de Geografia elaborou um protesto, assinado por toda a direcção, que distribuiu em todo o país e no estrangeiro. Os aspirantes da marinha, reunidos nas salas desta Sociedade, decidiram abrir uma subscrição nacional para a compra de um couraçado de guerra, elegendo Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade, como presidente da comissão executiva criada para o efeito. Em sessão de 20 de Janeiro foi decidido por unanimidade e calorosas aclamações exarar na acta um voto de alto agradecimento e louvor pelos novos e revelantes serviços prestados à ciência, à humanidade e à pátria aos sócios Neves Ferreira, governador geral de Moçambique, Serpa Pinto, Paiva de Andrade, António Maria Cardoso, Victor Cordon e Alfredo Castelões [38].

Henrique de Barros Gomes foi o grande bode expiatório da situação criada pelo ultimatuo. Como já referimos, ele executou uma politica que não fôra ele a iniciar e de que eram responsáveis tanto os progressistas como os regeneradores, embora os métodos por ele empregados fossem altamente questionáveis.

Ninguem pôs em dúvida os intuitos patrióticos de Barros Gomes mas a sua orientação de enfrentar a Grã-Bretanha no terreno da força, confiado na ilusória protecção da àguia germânica, foi uma grave temeridade de que não pode ser facilmente absolvido. Ele, que tanto admirava Bismarck, parecia desconhecer uma das suas máximas mais conhecidas: de que a politica, afinal, é a arte do possível.

---

[38] *75 anos de actividade ao serviço da Ciência e da Nação*, Sociedade de Geografia, 1950, p. 123; *Boletim da Sociedade de Geografia*, 1890 n.º 1, n.º 21 - 22, n.os 2-3, ps. 163.